

AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO

EVALUATION OF HIGHER EDUCATION IN THE CONTEXT OF POST-GRADUATION

Michele Silva SACARDO¹
Maria Cristina Piumbato Innocentini HAYASHI²

RESUMO

O artigo visa contribuir para ampliar a discussão sobre a avaliação do ensino superior no âmbito da pós-graduação. Com base nas discussões realizadas pela comunidade acadêmica em relação aos critérios de avaliação da pós-graduação adotados pela CAPES, busca subsídios para uma política de avaliação que inclua a diversidade do conhecimento produzido. Ao final são apresentadas algumas reflexões sobre os desafios que são postos à pós-graduação e aos próprios pesquisadores para aperfeiçoar os mecanismos de avaliação.

Palavras-chave: avaliação da pós-graduação; avaliação do Ensino Superior; CAPES.

ABSTRACT

The article aims to contribute to the discussion about the assessment of post-graduation. Based on discussions held by the academic community in relation to the assessment of post-graduate adopted by CAPES, subsidies were searched for a policy that includes assessment of the diversity of knowledge produced. At the end some thoughts are presented on the challenges that are placed at the post-graduation and researchers to improve evaluation mechanisms.

Keywords: *Evaluation of post-graduation; Evaluation of Higher Education; CAPES.*

¹ Docente, Universidade Estadual de Goiás (UFG). Correspondência para/Correspondence to: M.S. SACARDO. E-mail: <mi_sacardo@yahoo.com.br>.

² Professora Associada, Departamento de Ciência da Informação e Docente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Educação Especial (PPGEEs) e Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). São Carlos, SP, Brasil. E-mail: <dmch@ufscar.br>.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos o tema da avaliação da educação superior no Brasil tem sido estudado sob diversos enfoques teóricos, demonstrando as múltiplas possibilidades de investigação dessa temática. Isso pode ser confirmado quando nos detemos sobre a produção científica do grupo de estudos “Política do Ensino Superior” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que nos últimos oito anos (2000-2007) apresentou 126 trabalhos nas Reuniões Anuais dessa Associação. Os temas enfocados nestes trabalhos vão desde a avaliação no contexto das políticas neoliberais até a discussão sobre financiamento do ensino, modelos de avaliação institucionais e políticas públicas de educação.

Como refere Mancebo (2001), diversos agentes estão envolvidos na discussão da avaliação do ensino superior no país: o Estado, por meio de ministérios (Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado - MARE e do Ministério da Educação - MEC), as instituições de ensino superior por meio de seu sindicato (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior ANDES-SN) e de suas associações representativas (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC; Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP; Associação Brasileira das Mantenedoras - ABM), dentre outros. A autora destaca que caso seja considerada a avaliação das atividades de pesquisa, é preciso incluir ainda

(...) o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e instituições regionais como as Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados (FAPs) (MANCEBO, 2001, p.2)

No âmbito dos estudos de avaliação institucional, o conceito de avaliação tem sido discutido por Schwartzman (1988), Belloni et al. (2000) e Dias Sobrinho (2003), os quais destacam ser esse um processo de realização contínua, devendo englobar todos os segmentos da instituição, empenhados em refletir sobre as ações e atividades já realizadas na perspectiva de, com esse conhecimento, subsidiar ações futuras explorando suas forças e potencialidades e superando suas fraquezas e fragilidades.

Refletir sobre a avaliação da pós-graduação envolve vários aspectos relacionados às instituições, bem como os sujeitos que nela estão envolvidos, além, naturalmente, das políticas públicas e do projeto educacional que permeiam esse processo. Dessa forma, não temos a pretensão, neste artigo, de esgotar a discussão, mas sim refletir sobre alguns aspectos do tema. De nosso ponto de vista, refletir sobre o sistema de avaliação da Pós-Graduação não significa propor a eliminação de regras e normas da avaliação e nem relativizar o papel que representa a CAPES enquanto referencial imprescindível no cenário do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira.

Pretende-se, antes, contribuir para ampliar a discussão sobre a avaliação do ensino superior no âmbito da pós-graduação e, nesse processo, buscar visualizar na literatura científica elementos que tragam subsídios para uma política de avaliação que inclua a diversidade do conhecimento produzido. Nessa direção, como ressaltou Molon (2004, p. 110),

(...) a CAPES e o CNPq vêm praticando a revisão dos critérios e procedimentos de avaliação instituídos na busca de novos indicadores e elementos instituintes que possam aprimorar os instrumentos de avaliação, introduzindo novas práticas, outros quesitos, procurando a relação entre os quesitos e os itens, não deixando escapar os principais aspectos julgados necessários.

Iniciamos este artigo com uma breve contextualização do início, dos objetivos e das características da avaliação da Pós-Graduação. Em seguida, com o intuito de sistematizar alguns pontos dessa reflexão, explicitaremos as discussões realizadas pela comunidade acadêmica em relação aos critérios de avaliação da pós-graduação, adotado pela CAPES, principalmente ao que se refere aos indicadores de produtividade do pesquisador e os indicadores de qualidade definidos pelo *Qualis*³ das áreas. E, por fim, apresentamos algumas reflexões sobre os desafios que são postos à pós-graduação e aos próprios pesquisadores no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de avaliação.

Reflexões acerca da avaliação da pós-graduação brasileira

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da educação e da pesquisa científica e tecnológica, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴ implantou, em 1976, a avaliação da pós-graduação. Sua principal meta é:

- a) impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhe metas e desafios que expressem os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo; b) contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o

parecer criterioso de uma comissão externa sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra: c) dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação; d) estabelecer o padrão de qualidade exigido desse nível de ensino e identificar os programas que atendem a tal padrão; e) fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação; f) contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível; g) oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e na pós-graduação (CAPES. Avaliação da Pós-Graduação, 2005, p.1)

Assim, como parte integrante de seu sistema de avaliação, a CAPES conta com uma comissão de consultores vinculados às instituições. Esses componentes realizam a avaliação trienal em cada programa e compreendem as atividades de acompanhamento anual dos programas e a própria avaliação. Tais

³ *Qualis* é o resultado do processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Constitui-se em uma classificação de veículos de divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* definida e utilizada pela CAPES para a fundamentação do processo de avaliação. Foi implantado em 1998 e, desde então, vem sendo utilizado por essa Agência para a composição de indicadores fundamentais para a avaliação da pós-graduação. (Relatório Final da Avaliação Trienal da Pós-graduação - Período Avaliado: 2001-2003. CAPES, 2005).

⁴ A CAPES tem sua atuação voltada para a promoção do desenvolvimento da pós-graduação nacional e a formação de pessoal de alto nível, no Brasil e no exterior. Suas principais finalidades são: a) avaliação da pós-graduação nacional; b) elaboração de estudos e subsídios que auxiliam o Ministério da Educação na definição dos planos e políticas de desenvolvimento da pós-graduação nacional; c) promoção da cooperação científica nacional e internacional; d) formação de recursos de alto nível no país e exterior, mediante programas de investimento em bolsas de estudos, auxílios e outros mecanismos; e) viabilização do acesso à produção científica mundial. (CAPES, Relatório Final da Avaliação Trienal da Pós-Graduação, 2004, p 1).

atividades são realizadas obedecendo três etapas: a preparatória, a de execução da avaliação e a de homologação e divulgação dos resultados.

Nesse sentido, em cada área do conhecimento, a CAPES atribui uma “ficha de avaliação” constituída pelos indicadores, quesitos e critérios para que cada programa de pós-graduação se direcione e se “molde” para ser avaliado. Nesses quesitos⁵ são estabelecidos alguns indicadores que servem como referência para o processo de avaliação.

Tomaremos, aqui, a título de exemplificação, a área da Educação para uma breve visualização desses quesitos e, mais detalhadamente, o que consta no quesito referente à produção intelectual.

Com relação a esse quesito (VII - Produção intelectual), a CAPES estipula que deve expressar as atividades de pesquisa docente, principalmente no que se refere a *publicações* como: artigos em periódicos de ampla circulação na área e áreas afins - em particular os incluídos no *Qualis/CAPES* das áreas, livros, capítulos de livro (em editora de circulação nacional) e trabalhos completos em anais dos principais eventos da área e áreas afins. Tudo isso sem perder de vista a preservação do aspecto qualitativo na produção tanto individual como coletiva, para que se possa consolidar o avanço dessa produção.

Os itens e indicadores atribuídos nesse quesito, no processo de avaliação dos programas são: a) adequação dos tipos de produção à proposta do programa e vínculo com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa ou teses e dissertações; b) qualidade dos veículos ou meios de divulgação; c) quantidade e regularidade em relação à dimensão docente, distribuição da autoria entre os docentes; d) autoria e co-autoria de discentes; e) quantidade da produção técnica de docentes. Por meio desses indicadores é atribuído o conceito ao Programa de Pós-Graduação, consolidando-se, assim, a avaliação da pós-graduação realizada pela CAPES.

A repercussão da avaliação da pós-graduação da CAPES na comunidade científica

A avaliação da CAPES repercute na comunidade científica e tem provocado inúmeras discussões. Para compreender como se dá tal repercussão e a discussão sobre os critérios de avaliação da pós-graduação no seio da comunidade científica, tomaremos como referência alguns autores como Santos (2005), Rocha e Rocha (2004), Chauí (2001), Simões (2004), Axt (2004), Molon (2004), Arantes, Lobo e Fonseca (2004). Suas visões são fundamentais para a compreensão do processo de avaliação da pós-graduação no Brasil, hoje, bem como para o esclarecimento dos desafios que se colocam à pós-graduação e principalmente e aos pesquisadores.

Ao discutirem a universidade, o que inclui a avaliação da pós-graduação, Santos (2005) e Chauí (2001) retrataram as imposições sob um ponto de vista político e antidemocrático sofridas pela universidade e seu impacto na pós-graduação.

Nas últimas décadas, a universidade tem sofrido pressões por parte da sociedade e, ao mesmo tempo, lida com restrições políticas de financiamento das suas atividades por parte do Estado. Nesse sentido, Santos (2005, p.190) ao tratar essa questão, revela que a universidade prefere administrar tais tensões, sem livrar-se das contradições que as produzem. Uma dessas contradições seria, segundo o autor, “[...] a contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de valores e dos objetivos institucionais e a submissão crescente a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial”, o que traz profundo impacto no processo de avaliação institucional.

Rocha e Rocha (2004, p.18) admitem que um dos fatores, quando se fala em crise na educação superior, é atribuído aos efeitos do processo de mercantilização da sociedade contemporânea “no qual a lógica do capital, base

⁵ Os quesitos de avaliação são: I. Proposta do Programa; II. Corpo docente; III. Atividades de pesquisa; IV. Atividades de formação; V. Corpo discente; VI. Teses e dissertações; VII. Produção intelectual. (CAPES, 2005).

da reestruturação dos espaços sociais, também invade as reformas propostas para as universidades”.

Esses efeitos espalham-se no âmbito acadêmico e provocam em seu funcionamento uma nova racionalidade, atingindo a identidade universitária, ou seja,

(...) o sentido de produção de conhecimento enquanto potência de reflexão crítica sobre a sociedade, enfatizando o conhecimento tecnocrático, a elaboração de dados e informações para o mercado. Isso significa que a liberação de recursos pela administração universitária e pelos órgãos de fomento à pesquisa para a implementação das atividades acadêmicas, para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação e para a formação docente vem sendo condicionada pelos novos parâmetros avaliativos. (ROCHA; ROCHA, 2004, p.19).

Alógica empresarial, sob a qual a educação vem se moldando, tem trazido impactos drásticos no trabalho docente que tendem a desestimular cada vez mais o pesquisador, pois, essa lógica “[...] se respalda em critérios de eficiência, de competitividade, de redefinição de categorias como as do público e do privado, implicando a resignificação da expressão *autonomia universitária* e o *investimento na meritocracia*” (ROCHA; ROCHA, 2004, p.28).

Para refletir os efeitos que essa lógica empresarial produz nos critérios das práticas avaliativas na universidade, acreditamos ser pertinente demonstrar o que Rocha e Rocha (2004, p.22) mencionam:

(...) a eficiência se traduz na capacidade de desenvolver diversas funções concomitantes e ocupa múltiplos postos, aumentando a pontuação dos sujeitos quer frente ao gerenciamento

local, quer frente aos órgãos de fomento, o que confere mais recursos e possibilidades de liderança. É interessante lembrar que, num sistema em que os salários estão praticamente congelados e no qual a política implementa aditivos salariais por “mérito” (quantidade), a corrida por recursos que viabilizem o exercício das atividades profissionais e a vida de um modo geral é, no mínimo, incentivada; a produtividade, ligada à burocracia funcional, está implicada com a aceleração na execução de tarefas, elevando a quantidade de mercadorias produzidas. Na prática, o estímulo à competitividade e à racionalização do processo vem acarretando o estresse e a perda do sentido do trabalho, já que o cotidiano fica reduzido à contabilização dos produtos no estabelecimento do ranking dos que mais publicam, dos que mais orientam, dos que são mais citados, enfim, dos que mais se destacam; a autonomia representa a individualização das ações, a redução da esfera pública a um jogo de interesses privados, em que o mundo se torna quase que exclusivamente vivido enquanto administração burocrática do espaço doméstico.

Assim sendo, ao analisar a absorção de idéias e práticas neoliberais na universidade, Chauí (2001, p.35) aborda alguns temas que se tornaram hegemônicos nesse contexto:

[...] a avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, com total descaso pela docência, critério usado pelas universidades privadas norte-americanas nas quais a luta pelos cargos e pela efetivação é feita a partir dos critérios quantitativos da produção publicada e pela origem do título de PhD; a distribuição dos recursos públicos para a pesquisa a partir da idéia de “linhas de pesquisa”, critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios

e com grandes equipes de pesquisadores, mas que não faz sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental.

Demonstra-se, na visão de Chauí (2001), a influência estrangeira no processo avaliativo; ou seja, políticas educacionais que são impostas e critérios que tendem a obedecer a “lógica de mercado” mundial, além da submissão às orientações e interesses dos organismos internacionais.

Para alguns autores, como Simões (2004) e Axt (2004), tais critérios de avaliação são considerados, por um lado, necessários para o crescimento da pesquisa e a formação na pós-graduação e, por outro, são insuficientes para se avaliar a pós-graduação, pois são vistos como reducionistas.

Simões (2004) traz para discussão o debate sobre o modelo de avaliação da pós-graduação e propõe uma reflexão, acerca, principalmente, do ensino e da pesquisa que estamos “deixando de fazer” enquanto nos moldamos aos critérios estabelecidos pela avaliação vigente.

A autora corrobora Santos (2005) e Rocha e Rocha (2004), no que diz respeito à configuração da universidade a uma lógica empresarial imediatista. Nesse contexto, Simões (2004, p.129) é bastante enfática ao admitir que

Configura-se, dessa forma, uma lógica empresarial imediatista, em contraposição ao médio e longo prazo característicos da lógica institucional universitária. O viés empresarial imposto à avaliação, por sua vez, exerce um impacto imediato em relação às “escolhas” e às prioridades docentes e discentes. Não é por acaso que nos referimos à *produção acadêmico-científica dos programas de pós-graduação* (significando especialmente a quantidade de trabalhos

publicados) e *medimos* a produtividade docente em número de aulas dadas.

Contudo, para Simões (2004), o modelo de avaliação vigente não parece contemplar a diversidade e a heterogeneidade necessárias às práticas da educação na universidade e fora dela. A autora chama a atenção para todos aqueles que reconhecem a avaliação da pós-graduação como um processo contínuo que requer um constante aperfeiçoamento. Aponta também, como possível solução, uma avaliação pensada e conduzida, principalmente, pela ótica dos educadores e não pela ótica do que ela chama de “tecnocracia” - papel que os pesquisadores têm sido chamados a assumir. Além disso, enfatiza que “não basta avaliar a educação; é preciso antes de tudo, educar a avaliação, privilegiando critérios de qualidade, diversidade e inclusão e não apenas de quantificação, competitividade e exclusão” (SIMÕES, 2004, p.133).

Retornamos a Santos (2005, p.214), o qual, baseado no discurso da produtividade, observou que, no momento em que os cortes orçamentários são propostos, a universidade tende a “questionar-se em termos que lhes são pouco familiares e a submeter-se a critérios de avaliação que tendem a dar do seu produto, qualquer que ele seja, uma avaliação negativa”.

Segundo Santos (2005), dentre as várias as problemáticas relacionadas com a avaliação do desempenho universitário, os critérios de avaliação são uma das principais. A dificuldade maior refere-se às medidas de qualidade e eficácia, o que leva o autor a questionar qual seria, de fato, o “produto” universitário, pois os agentes e instituições tendem a privilegiar as medidas quantitativas. Desse ponto de vista, o problema do quantitativismo não se põe apenas no nível dos indicadores, mas, também, ao privilegiar na avaliação os produtos mais facilmente quantificáveis.

Ainda, nesta mesma linha de raciocínio, Axt (2004) também discute o modelo de avaliação da pós-graduação adotado pela CAPES, referindo-se mais precisamente aos aspectos

relacionados: indicadores de produtividade do pesquisador; indicadores de qualidade definidos pelo *Qualis* das áreas; e a ressuscitada taxa de bancada do CNPq. No entanto, destacaremos, para este momento, apenas os dois primeiros aspectos abordados pela autora.

De acordo com Axt (2004), os indicadores de produtividade do pesquisador regulam o quanto, e como, cada um precisa produzir anualmente. Além disso, argumenta a autora, os indicadores de quantidade e qualidade são definidos pela área de conhecimento à qual se vincula o pesquisador. Para a autora, isso ocasionaria um estraçalhamento do pesquisador, pois, se ele atua numa interface entre áreas do conhecimento em dois programas de pós-graduação, ficará dividido sem saber qual programa vai “atender” exclusivamente. Vê-se na situação de ter que dividir sua produção entre os dois programas aos quais está vinculado, prejudicando não apenas a si mesmo em termos quantitativos, como também o próprio curso em que atua. Tudo isso, em virtude de um modelo de avaliação que não considera o pesquisador como autor de uma determinada produção, mas a quantificação desses produtos.

Além disso, outro problema destacado por Axt (2004) diz respeito à pouca consideração atribuída aos conhecimentos multi/interdisciplinares, visto que todo conhecimento é regido por princípios complexos embasados na junção entre outros conhecimentos, que só uma disciplina isoladamente não sustentaria. Segundo a autora, a evidência dessa pouca atenção é verificada pelo *Qualis* de algumas áreas, que excluem os periódicos multi/interdisciplinares.

No mais, quando Axt (2004) aborda os indicadores de qualidade definidos pelo *Qualis* de cada área, que normalizam os eventos e veículos de publicação da produção dos pesquisadores, a autora questiona a ênfase do modelo avaliativo com relação à “inserção internacional” dos periódicos. Assim, em áreas como a Educação e a Saúde, que direcionam suas pesquisas em questões locais e regionais em suas singularidades, “num processo de

socialização contínua das estratégias alternativas de avaliação-intervenção nos contextos em foco, e muitas vezes sem ambição de universalização”, a avaliação, segundo esses critérios, fica comprometida (AXT, 2004, p.78).

Vale lembrar que a autora não desconsidera a internacionalização do conhecimento gerado -desejável até necessário, mas, questiona se isso deva ser “questão dominante”, pois o conhecimento que vem sendo produzido pode estar em prol apenas para o benefício acadêmico.

Além disso, acreditamos que publicar em periódico nacional, pelo menos a princípio, oferece impacto desse conhecimento na realidade e no interesse do próprio país e, obviamente, na sociedade de que os pesquisadores fazem parte.

Tal exigência poderia gerar, em algumas áreas do conhecimento, desmotivação para publicar seus trabalhos, uma vez que o público que iria se beneficiar com as leituras dessas pesquisas não seria necessariamente a comunidade científica internacional e, sim, os profissionais que atuam em sua devida área, aqui, como exemplo, a educação e a saúde, “na formação básica ou nos postos de saúde respectivamente” (AXT, 2004, p.78).

À guisa de conclusão

Neste artigo pretendeu-se discutir o papel que a CAPES vem desempenhando no cenário da avaliação da pós-graduação e seus efeitos na comunidade científica, ao mesmo tempo em que se trouxe para a discussão um conjunto de reflexões realizadas pela própria comunidade científica.

Diante disto, observa-se que os critérios de avaliação da pós-graduação não contemplam a diversidade, no sentido de que atua com base em um único modelo de organização curricular regido por condições iguais para situações e contextos diferentes (MOLON, 2004).

Tais medidas de avaliação tendem a fazer com que as publicações se limitem apenas à

comunidade científica, valorizando em excesso as publicações de artigos em revistas indexadas, de preferência em língua estrangeira, consideradas atualmente as únicas publicações “válidas”, o que tende a desqualificar a publicação de livros (ARANTES, LOBO; FONSECA, 2004).

Outro fator diz respeito ao público que os resultados das pesquisas vão atingir, pois, se as publicações giram em torno exclusivamente dos pares, como um público mais amplo irá beneficiar-se de tais pesquisas? É nesse sentido que chamamos atenção para as publicações sob forma de livros e capítulos de livros, os quais possuem uma circulação mais ampla e abrange um público maior.

Pode-se verificar, por meio dos argumentos apresentados pelos autores aqui mencionados, que os critérios de avaliação são limitados, excluindo os “outros leitores” e, de certa forma, desvalorizando os pesquisadores, os quais se encontram obrigados a escreverem artigos em revistas indexadas, procurando “cumprir” as metas que lhes são postas pela avaliação.

Entendemos que a satisfação dos pesquisadores em produzir ciência, de contribuir com o seu avanço como um todo e, principalmente, com uma determinada sociedade, torna-se restrita e colocada em segundo plano por critérios que excluem o que pretendia ser incluindo e aperfeiçoado.

Além do mais, os pesquisadores precisam buscar maneiras de superar tais critérios que lhes são “impostos”, e buscar alternativas que propiciem uma organização interna da comunidade acadêmica frente a esses impasses. É necessário propor novas formas de avaliação da pós-graduação, para que a produção do conhecimento científico desenvolvida em seu âmbito contribua para o avanço da sociedade.

Finalmente, concordamos com Hayashi (2004), que avaliar o conhecimento produzido em uma determinada área do conhecimento é imprescindível para mostrar o seu desenvolvimento e sua contribuição à sociedade. Avaliar configura-se ainda como um importante instrumento para as decisões tomadas, no que diz respeito à

alocação de recursos e investimentos e à capacitação de recursos humanos, orientando, assim, as pesquisas para as necessidades das populações.

REFERÊNCIAS

ARANTES, E. M. de M., LOBO, L. F. FONSECA, T. M. G. Pensar: a que será que se destina? Diferentes tempos de uma reflexão sobre a morte anunciada do educador. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.16, n.1, p. 50-68, jan. 2004.

AXT, M. O pesquisador frente à avaliação na Pós-Graduação: em pauta novos modos de subjetivação. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.16, n. 1, p. 69-85, jan. 2004.

BELLONI, I. et al. Avaliação institucional da Universidade de Brasília. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. *Avaliação institucional: teorias e experiências*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 87-113.

CAPES. *Avaliação*. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/CAPES/portal/>> Acesso em: 28 ago. 2005.

CAPES *Relatório Final da Avaliação Trienal da Pós-graduação*: período avaliado: 2001-2003. CAPES, 2005. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2007

CAPES. *Relatório final da avaliação trienal. 2004*. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Avaliacao_Trienal_2004.htm>. Acesso em: 20 ago. 2007.

CHAUÍ, M. de S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

HAYASHI, C. R. M. *Presença da educação brasileira na base de dados Francis: uma abordagem bibliométrica*. Dissertação.

(Mestrado em Educação) São Carlos: PPGE/UFSCar, 2004.

MANCIBO, D. *Avaliação na educação superior, estado e produção de subjetividades*. XXIV Reunião Anual da ANPED, 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1182129657310.doc>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

MOLON, S. I. Algumas questões epistemológicas e éticas da psicologia: a avaliação em discussão. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.16 (1), p. 108-123, jan. 2004.

ROCHA, M.L. da, ROCHA, D. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 16 (1), p. 13-36, jan. 2004.

SANTOS, B. de S. Da idéia de Universidade à Universidade de idéias. In: SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 187-226.

SCHWARTZMAN, S. Funções e metodologias de avaliação do ensino superior. In: *Avaliação da Universidade: proposta e perspectivas*. Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1988. p.21-46. (Estudos e Debates, 14)

SIMÕES, R. H. S. Da avaliação da educação à educação da avaliação: o lugar do(a) educador(a) no processo da avaliação da pós-graduação no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.16, n. 1, p. 124-134, abr. 2004.

Recebido em 8/8/2008 e aceito para publicação em 9/10/2008.

